

## **TRT-15: Quarenta Anos a Serviço da Dignidade Humana**

Há lugares que se impõem pelo peso das histórias que guardam. O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, sediado em Campinas/SP, é um deles. Quem o observa de fora vê apenas um prédio funcional, feito de portas, vidros, corredores e relógios, mas, por dentro, circula algo mais difícil de mensurar: a esperança de que a palavra “direito” tenha pelo significado.

Em 2026, o TRT da 15ª Região completa quarenta anos. Parece muito para uma pessoa, mas, talvez, seja apenas um instante na história das instituições. Ainda assim, há instituições que, mesmo em poucas décadas, conseguem deixar marcas profundas na vida de um povo. O TRT-15 é uma delas.

Ao longo dessas quatro décadas, o Tribunal não se limitou a julgar processos. Passou a integrar silenciosamente a construção social paulista. Porque a Justiça do Trabalho, embora frequentemente lembrada apenas nos momentos de conflito, sustenta diariamente algo essencial: a dignidade humana nas relações de trabalho.

São Paulo sempre foi território de movimento. Terra de fábricas, plantações, estradas, comércio, tecnologia e imigração. Um estado erguido pelo esforço de milhões de trabalhadores que levantaram cidades inteiras com as próprias mãos. E onde existe trabalho em larga escala, também surgem desigualdades, excessos e disputas. O crescimento econômico, sozinho, nunca garantiu justiça. Foi preciso criar instituições capazes de equilibrar relações historicamente desiguais.

Nesse cenário, o TRT da 15ª Região tornou-se mais do que um tribunal. Consolidou-se como espaço de escuta social. Ali chegaram trabalhadores acompanhados pelo medo, pelo cansaço, pela indignação e, quase sempre, por uma expectativa silenciosa de reparo. Muitos buscavam mais do que reconhecimento jurídico: buscavam afirmar que aquilo que viveram importava.

Desde a sua criação, já passaram por seus corredores trabalhadores rurais, operários, comerciários, professores, motoristas, profissionais da saúde, mães tentando garantir direitos básicos e idosos buscando reconhecimento por anos de dedicação invisível. Cada audiência expôs não apenas questões jurídicas, mas fragmentos da própria história paulista.

A maior importância desse Tribunal está justamente naquilo que raramente aparece nas manchetes. Está na sensação de pertencimento que nasce quando o cidadão percebe que sua voz possui valor diante da lei. Está no entendimento de que dignidade não deve ser privilégio. E na consciência de que desenvolvimento econômico não pode caminhar separado da proteção humana. Nesse percurso histórico, o TRT-15 acompanhou as transformações do trabalho e da própria sociedade. Viu o avanço da industrialização, as crises econômicas, as mudanças tecnológicas, as novas formas de contratação e os desafios impostos pela modernidade. E, diante de cada mudança, permaneceu sustentando uma pergunta essencial: como preservar a humanidade dentro das relações de trabalho?

A cidadania não se constrói apenas em discursos solenes. Constrói-se também nas garantias cotidianas: no salário pago corretamente, na jornada respeitada, no descanso assegurado, no ambiente digno e na proteção de direitos que alcançam não apenas o trabalhador, mas sua família inteira.

Em um tempo em que tudo parece acelerado – inclusive os julgamentos sobre a vida alheia – a Justiça do Trabalho ainda obriga a sociedade a escutar. Obriga a reconhecer que, por trás de cada vínculo rompido, de cada carteira não assinada e de cada salário atrasado, existe uma pessoa que trabalhou, esperou e confiou. E confiar, às vezes, é o ato mais arriscado de todos.

Há quem enxergue nessa Justiça apenas burocracia. Mas a burocracia, quando colocada a serviço da dignidade, pode ser uma forma civilizada de impedir que o mais forte sempre vença. O processo, com sua linguagem técnica e seus prazos, tenta transformar o conflito bruto em debate público. Não corrige completamente o passado, mas impede que ele desapareça sem testemunha.

O maior valor do TRT-15 está justamente aí: recordar que uma sociedade não se mede apenas pela riqueza que produz, mas pela forma como trata aqueles que a constroem diariamente.

Ao completar quarenta anos, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região reafirma a convicção profundamente democrática de que ninguém é pequeno demais para ser ouvido.

Débora Camila Gomes Freitas Brasil  
Servidora Pública TJDF